



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS		
EVENTO: Instalação	Nº: 0434/03	DATA: 07/05/03
INÍCIO: 15h29min	TÉRMINO: 17h01min	DURAÇÃO: 01h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 23	QUARTOS: 19
REVISÃO: Patrícia Maciel, Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Graça		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação da CPI e eleição dos membros da Mesa.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.  
Há intervenção inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião destinada à instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidentes. Como eventualmente tenho o maior número de mandatos, esta é a razão pela qual estou na Presidência, e não pela idade. Aliás, é convocação do Carlos Santana. Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete, portanto, assumir a Presidência dos trabalhos pelas razões assinaladas. Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta por 24 Deputados titulares e igual número de suplentes, em conformidade com ato da Presidência, cujas cópias foram distribuídas a V.Exas. O quorum exigido para as eleições dos cargos desta Comissão é de 13 Deputados, maioria absoluta. Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião. Vamos suspender por três a quatro minutos a reunião enquanto se confeccionam as cédulas para eleição da 2ª e da 3ª Vice-Presidência desta Comissão. (Pausa.)

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Ministro, estou dizendo aqui que não é preciso ofício do PMDB, não. V.Exa. já é o PMDB, já garante a indicação. *(Risos.)* Estávamos aguardando ofício do líder. Eu não sabia. O Eliseu já falou está falado. *(Risos.)* V.Exa. já é o líder, é a expressão do partido. Não precisamos esperar ofício de ninguém. Vamos começar, não é? Antes de iniciar o processo de votação, desejo esclarecer aos nobres colegas que se encontram sobre a mesa de votação as seguintes indicações: para Presidente, indicado pelo PT, o nosso grande vascaíno Carlos Santana, do Rio de Janeiro; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco; para 2º Vice-Presidente, o Deputado José Borba, do PMDB do Paraná; aqui avalizado pelo nosso querido Ministro Eliseu Padilha *(risos.)*; e para 3º Vice-Presidente, a Deputada Rose de Freitas, do PSDB do



Espírito Santo. Ainda há cédulas em branco para quem queira, porventura, votar nos nomes agora indicados. À medida que forem sendo chamados os Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, devem dirigir-se ao local de votação e selecionar sua cédula, colocando-a no envelope que será depositado na urna. Convido o Deputado João Magno para auxiliar a Presidência durante o processo de votação. Solicito ao nobre Deputado João Magno que proceda à chamada nominal dos membros titulares e, em seguida, dos suplentes, até que se complete o número da referida bancada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO** – Então vamos chamar os titulares. Deputado Bassuma, PT da Bahia. *(Pausa.)* Carlos Santana. *(Pausa.)* Deputado Luciano Zica. *(Pausa.)* Deputado Paulo Rubem Santiago, pelo PT. *(Pausa.)* PFL. Deputado Carlos Melles *(Pausa.)* Deputado Marcos Abramo. *(Pausa.)* Paes Landim. *(Pausa.)* Deputados do PMDB. André Luiz. *(Pausa.)* Deputado Eliseu Padilha. *(Pausa.)* José Borba. *(Pausa.)* Deputados do PSDB. Eduardo Gomes *(Pausa.)* Rafael Guerra *(Pausa.)* Deputada Rose de Freitas *(Pausa.)* Deputados do PPB. Dilceu Sperafico. *(Pausa.)* Ricardo Barros. *(Pausa.)* Pelo PTB. Iris Simões. *(Pausa.)* Nelson Marquezelli. *(Pausa.)* Pelo PL. Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)* João Caldas. *(Pausa.)* PSB. Dr. Evilásio. *(Pausa.)* PPS. Rogério Silva. *(Pausa.)* PDT. Pompeo de Mattos. *(Pausa.)* Pelo PCdoB. Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)* Pelo PRONA. Professor Irapuan Teixeira. *(Pausa.)* Agora vamos chamar os suplentes. Pelo Partido dos Trabalhadores todos os titulares votaram. Então vamos para o PFL. Primeiro suplente do PFL. José Carlos Araújo. *(Pausa.)* Ausente. Segundo suplente. Gervásio Silva. O José Carlos Araújo está presente? Então se apresente. *(Pausa.)* Suplentes do PL. Maurício Rabelo. *(Pausa.)* Miguel de Souza. *(Pausa.)* Todos ausentes. Suplentes do PPS. Dimas Ramalho. *(Pausa.)* Ausente também. Suplente do PDT. Severiano Alves. *(Pausa.)* Ausente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Está encerrada a votação. Solicito ao Deputado João Magno, que está auxiliando esta Presidência, que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. *(Pausa.)* O número de sobrecartas coincide com o número de votantes. Dezenove sobrecartas, dezenove votantes. Peço ao Deputado João Magno que, por favor, prossiga à contagem dos votos. *(Pausa.)* Resultado para Presidente: 19 votos para



Carlos Santana. Para 1º Vice-Presidente: 19 votos para Paulo Rubem Santiago. Para o 2º Vice-Presidente, 19 votos para José Borba. Para 3º Vice-Presidente, 19 votos para Rose de Freitas. Está encerrada a apuração.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente, eu gostaria de uma explicação. Quantos votantes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Dezenove.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Só dezenove? Dos 24 só 19 presentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Dezenove.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) – Proclamado, então, o resultado, convido o eminente Deputado Carlos Santana, que lutou por esta Comissão, para assumir a Presidência da Comissão, declarando-o, desde já, empossado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Primeiramente, boa tarde. Eu gostaria que fosse composta a Mesa com o 1º Vice-Presidente, Paulo Rubem Santiago, com o 2º Vice-Presidente, José Borba, e com a nossa gata, Rose de Freitas (*palmas*), a nossa 3º Vice, que vai abrilhantar a Mesa. (*Palmas.*) Olha só, pessoal, antes de começar, quero agradecer a presença dos procuradores que estão conosco neste plenário. Tem companheiros de vários Estados, procuradores que já fazem esse trabalho nos seus Estados e que estão aqui. Há o Frei Anastácio, que é Deputado Estadual e foi Relator na Paraíba desta mesma CPI, mas em âmbito estadual. E gostaria de convidar... Primeiro, quero agradecer aos funcionários da Casa. Fui presidente de comissão e membro de CPI. Sei do trabalho importante que esses funcionários da Casa fazem. Sem eles nós não temos essa ferramenta de trabalho. Quero agradecer. E gostaria de convidar a companheira Ivete para compor a Mesa. Ela é que vai ser a Secretária da nossa Comissão, tem uma larga experiência em CPI, acompanhou várias CPIs internamente. Então, tem uma larga experiência. Quero dizer que o Relator vai ser o Carlos Melles, do PFL de Minas Gerais, a partir de um acordo que foi feito entre os partidos. Primeiro, no mínimo há cinco anos venho trabalhando para a implantação desta CPI. Quero agradecer à imprensa escrita e televisada, porque, a partir do que saiu na imprensa, foi o que me



comoveu a estar trabalhando numa matéria que ainda está muito aquém da sociedade. A sociedade não sabe a importância que esse tema tem internamente. Hoje, no meu Estado, temos trinta pessoas que foram assassinadas. No Brasil, hoje, temos mais de cinquenta pessoas presas só em cima dessa matéria. Aqui em Brasília, temos duas pessoas presas, já num viés que acontece hoje que é a questão do combustível como sendo lavagem de dinheiro do narcotráfico. Então, eu quero dizer que esta CPI é pesada e vai ter muita participação de cada Deputado que está aqui. Hoje, nós somos sonegados por ano em torno de 3 bilhões e 300 milhões, só de sonegação, ou muito mais. Isso, falando da questão da gasolina, fora a questão do álcool também que está inserida. Temos muito problema na questão do álcool. Nós vamos ter de fazer um trabalho árduo, um trabalho que vai ter de ser de todos nós que estamos aqui. Eu fui Presidente da Comissão de Transportes, eu tenho a grata... Nunca levei uma matéria para votação que não tivesse consenso. Graças a Deus, passei um ano em que não tive problemas, consegui aprovar tudo aquilo, em várias audiências internas, porque sempre tive a questão do diálogo como central da nossa luta no Parlamento. Eu acho que vamos tentar achar uma saída. Sei que vamos aqui muitas vezes contrapor a setores altamente poderosos da economia e da Justiça do País, mas vamos ter de ter peito para convocar muita gente poderosa que está envolvida. Espero que a nossa Comissão encare essa discussão muito a fundo. Se a CPI do Narcotráfico teve um papel extremamente importante, esta, eu vou dizer para vocês, vai ter duas vezes mais. Sei que os Deputados que foram escolhidos pelos Líderes de bancada têm todo o gabarito para estar aqui, aprofundando. Sabemos que cada companheiro, que cada Deputado tem um papel árduo e a partir das experiências locais de seus Estados, porque vários Estados, como a Bahia, como o Rio de Janeiro, como São Paulo, como Pernambuco, vários desses Estados fizeram CPIs, e no final teve um relatório. Nós temos muito trabalho pela frente para fazer. Sabemos hoje que há várias pessoas que estão trabalhando com proteção da Justiça. E essas pessoas vão ser ouvidas, evidentemente. Sabemos também que hoje — repetindo — têm mais de cinquenta pessoas presas no nosso País só em consequência dessa matéria. Então, eu quero dizer assim: quero ser parceiro de cada companheiro. Estou no quarto mandato de Deputado Federal, sou parceiro, quero que cada companheiro nos ajude nessa



empreitada. É a primeira CPI que vai ser instalada nesta Legislatura. Todos os holofotes vão estar em torno desta CPI. Se algum companheiro tiver alguma dúvida, vamos ter paciência para achar um denominador. Quero dizer que esse é o meu trabalho zero. Sou membro da Comissão de Transportes. Já falei para o meu Presidente da Comissão de Transportes que raramente irei à Comissão de Transportes agora, porque eu quero me debruçar, me dedicar a essa matéria o máximo possível. E vamos ver que, na semana que vem, com o Relator presente, nós vamos começar a fazer um trabalho, que é um trabalho... Já pedi a todos os Deputados que tenham requerimento para apresentar já comecem a apresentar os requerimentos na Secretaria. Na próxima reunião, que vai ser na quarta-feira, às 2 horas da tarde, nós vamos definir o nosso roteiro de trabalho, a partir do requerimento, junto com o Relator. É importante também, companheiros, nesse cronograma, definirmos em trinta dias o que vamos fazer e depois de trinta dias vamos rediscutir as ações que tivemos internamente. Vamos ter várias diligências a serem feitas nos Estados, vamos ter de fazer um trabalho árduo, muito árduo mesmo, que vai precisar de muita compreensão de cada companheiro. Sabemos que a Casa — o próprio Presidente já me disse — está em contenção de despesa, mas vamos trabalhar o máximo possível. Quando tivermos as diligências nos Estados, além de, óbvio, priorizar os Deputados dos Estados que são membros da Comissão, contaremos com o máximo possível de Parlamentares e Relator presentes. Quero saudar a cada companheiro. Quero dizer que temos muito trabalho pela frente. Esta vai ser uma CPI extremamente difícil. Vários amigos meus dizem que sou maluco por abrir uma CPI dessa, mas acho que cada companheiro tem de entender a nossa função aqui no Parlamento. Se for a nível de legislação, vamos mudar a legislação para dificultar qualquer tipo de sonegação tributária, mas a gente sabe que não é só a nível de legislação. A gente sabe que tem muitas coisas por trás. Então, quero, antes de passar a cada companheiro, agradecer o empenho. Sei que esta CPI é fruto de um conjunto de vários Parlamentares. E a CPI não tem dono, a CPI é de todos os companheiros. Quero dizer que cada Parlamentar, quando for se posicionar deve dizer o nome e o Estado para ficar na Taquigrafia. Vou franquear aos companheiros a palavra. Companheiro Zica, primeiro inscrito.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** – Deputado Luciano Zica, do PT de São Paulo. Quero primeiro cumprimentar o nobre Deputado e companheiro Carlos Santana pela iniciativa de propor esta CPI, cumprimentar os nossos eleitos, Deputada Rose, sempre presente, Deputado José Borba, da mesma forma, companheiro Paulo Rubem, que terão a responsabilidade de coordenar o nosso trabalho nesta Comissão. Muitos poderão no início imaginar que será um trabalho fácil, mas será um trabalho tão ou mais difícil que foi o da CPI do Narcotráfico. Até porque a questão do narcotráfico já tem no imaginário popular uma clara identificação com o crime. E este é um crime praticado aos olhos da sociedade, sem que ela perceba muitas vezes. É um crime que, segundo dados oficiais, chega perto a 4 bilhões de sonegação por ano, mas pelos meus cálculos passa do dobro disso se analisarmos todos os momentos em que a sonegação se dá. Também é um crime que lesa a boa-fé das pessoas, na medida em que disponibiliza produtos fora de especificação. É um crime que lesa o cidadão de várias formas, porque o cidadão paga os impostos, o fraudador recebe, e o Estado não recebe. O cidadão é lesado quando paga e é lesado quando não recebe o serviço público decorrente do imposto que ele pagou. Então, estamos diante de uma empreitada difícil e que tem na sua origem a falha que cometemos no passado, no Congresso Nacional, na regulamentação da quebra do monopólio do petróleo, quando a ANP não foi suficientemente aparelhada para cumprir o seu papel de fiscal e não se criou na substituição de um mercado fechado concentrado numa empresa que tinha na qualidade do mercado a sua imagem e não se substituiu esse mercado por alguma coisa organizada e capaz de estabelecer o controle verdadeiro desse mercado. Sou autor de alguns projetos de lei tentando corrigir as falhas que foram criadas nesse contexto. Acho que houve, de um lado, uma distorção de papel da ANP, que foi criada para ser reguladora e fiscalizadora do mercado. Por omissão do Poder Executivo, ela acabou chamando para si o papel de formuladora de políticas e não cumpriu o seu papel. Hoje, a importação de solventes está descontrolada, não há um controle fiscal; a importação de naftas misturadas nos produtos; a fraude em torno do mercado de álcool; a diferença de alíquotas do ICMS, que aliás a Constituição já contempla a unificação de alíquotas na Emenda nº 33, ainda não regulamentada. Nós estamos trabalhando, o Deputado Eliseu Resende, o Deputado



Mussa Demes e eu próprio, uma proposta. Vamos nos reunir com o Ministro da Fazenda, nesta sexta-feira de manhã, para tentar acertar essa regulamentação da alíquota única que elimina a fraude de viagens virtuais dos combustíveis. De outro lado, temos a tarefa de buscar a fiscalização nos portos, nas bases, nas distribuidoras, com relação ao roubo de cargas, que é muito forte nesse mercado. Por isso eu queria alertar nossos companheiros e pedir ao nosso Presidente que nos preparemos para enfrentar uma batalha difícil, mas muito importante para nosso País. Solicito, de pronto, a esta Comissão, que possamos interagir com a Polícia Federal. Que nas diligências que eventualmente possam ocorrer tenhamos a ação combinada com a Polícia Federal, porque não estamos lidando com amadores. Temos uma tarefa extremamente difícil e vital para o nosso País. Coloco-me inteiramente à disposição de tal tarefa. Um País que quer cumprir o papel de recuperar a capacidade de investimento do Estado tem de garantir transparência em todas as áreas, e essa é uma área vital, que tem relação direta com a vida da totalidade dos brasileiros, pois todos sofremos as conseqüências das distorções desse mercado. Parabéns, Sr. Presidente. V.Exa. tem em mim um soldado desta batalha sob o seu comando. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Muito obrigado, Deputado Luciano Zica. Tem a palavra o companheiro Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** – Cumprimento o Deputado Carlos Santana e toda a Mesa por essa tarefa, que é importantíssima para o nosso País. Durante os vinte anos do Governo militar tivemos a oportunidade de acompanhar uma política de preços regularizada no País todo. Logo após a queda do regime, implantou-se uma liberação, uma liberdade na comercialização de combustíveis no País. Lamentavelmente, estamos vendo aí a criação de feudos em todos os setores. Na Assembléia Legislativa de São Paulo foi realizada uma CPI sob o comando do Deputado Estadual Arnaldo Jardim. Vou apresentar três requerimentos convocando os integrantes daquela CPI, realizada dentro do maior Estado consumidor de combustíveis do País. As maiores aberrações foram encontradas, mas poucas soluções foram dadas. Como o Congresso Nacional tem poder maior, Deputado Carlos Santana, quero fazer minhas as palavras do Deputado Luciano Zica: a participação da Polícia Federal vai ser muito importante.





Creio que a Comissão vai ter de se preparar para poder fazer uma ingerência muito grande no setor judiciário do País, portanto é importante que os companheiros estejam preparados. Se for para fazer uma CPI para terminar em *pizza*, não contem com este companheiro. Quero uma CPI que vá a fundo. Os interesses do País foram mutilados durante os últimos dez ou doze anos em que estou nesta Casa. Acho importante que haja uma preparação da assessoria e a participação dos companheiros. Estou apresentando, de cara, três requerimentos, que já deixo com a Mesa. Já para a próxima semana eu proponho oito convocações, apenas do Judiciário. Vamos nos preparar para abrir contas de pessoas que, de uma hora para outra, têm inúmeros iates no litoral brasileiro, vindos do setor de combustíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli. Com a palavra o companheiro Deputado João Magno.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO** – Caro Presidente Deputado Carlos Santana, demais Deputados que compõem a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, também quero saudar, na pessoa do Presidente desta CPI, tão importante e corajosa iniciativa de unificar um grupo de Parlamentares da Casa com o objetivo de fazermos uma ampla investigação nesse setor que tem gerado seriíssimas dificuldades ao povo brasileiro — situações de violência, com mortes, furtos, estrangulamento do funcionamento da frota nacional, com combustível podre. Por fim, vejo nesta CPI um ato cívico. Todos nós que nos submetemos a esta tarefa certamente estamos conscientes de que se trata de trabalho árduo. Não devemos pretender erradicar toda a violência e o crime contra a economia popular que se cometeu ao longo dos anos. Já terá sido um grande avanço se pelo menos conseguirmos tirar conclusões para punir parte considerável dos envolvidos e impedir que atos criminosos continuem sendo cometidos contra a economia popular e também contra a vida de cidadãos, especialmente de autoridades, como aconteceu com o juiz morto em Belo Horizonte. Também como um soldado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, coloco-me à disposição para todas as necessidades encontradas, a fim de que possamos apresentar à sociedade brasileira um resultado profícuo dessa nossa função.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Muito obrigado, Sr. Deputado. Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Parabenizo o Presidente Deputado Carlos Santana, o Deputado José Borba, o Deputado Paulo Rubem Santiago e a Deputada Rose de Freitas, que representa nosso partido na Mesa. Digo a V.Exas. que, como Deputado de primeiro mandado, do PSDB de Tocantins, um dos motivos da minha solicitação ao Líder para que participasse desta CPI foi o acompanhamento que já fazia há algum tempo da sua luta abnegada para a instauração desta CPI. Acredito que ela tem duas vertentes. Primeiramente, trabalhará combatendo todos os crimes já cometidos — a sonegação do setor dos grandes fornecedores, do monopólio, dos cartéis —, mas também, Sr. Presidente, trabalhará em prol daquele cidadão brasileiro trabalhador, que teve contato com o setor apenas naqueles 50 reais com os quais fora lesado num fim de semana, ao abastecer seu carro com gasolina “batizada”. Isso faz com que nos preocupemos com a correção e com a agilidade da CPI, mas também com a regulamentação do setor. Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentarei alguns requerimentos, relacionados sobretudo a aspectos ainda não apontados no instrumento de solicitação de instalação da CPI, como a questão ambiental, a regulamentação dos reservatórios de combustíveis nos centros urbanos das grandes cidades e as dificuldades de acesso que a população tem, como consumidora, à regulamentação do setor e aos órgãos de fiscalização. Portanto, quero dizer a V.Exa. que vejo com preocupação a questão da segurança e da dificuldade de participar de uma CPI como esta, mas, por outro lado, vejo que podemos sugerir — além de coibir, de corrigir, de encaminhar, de consertar o setor —, podemos propor e proporcionar ao maior número de brasileiros a tranqüilidade de que o setor será regulamentado por meio da contribuição desta CPI, que foi defendida por V.Exa. durante tantos anos. Mais uma vez, parabéns, nobre Deputado. Conte comigo. Espero que, além de Deus, nos proteja também a lei vigente no País, para que possamos desenvolver nosso mandato, cumprindo nossa obrigação com o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o companheiro Deputado Gervásio Silva.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Sr. Deputado Carlos Santana, é um prazer tê-lo na Presidência desta CPI. Cumprimento os colegas da Mesa, na pessoa da Deputada Rose de Freitas. Realmente esta CPI terá grande papel. Temos, por



meio de nosso do nosso trabalho aqui na CPI de mostrar ao Brasil o que realmente acontece no mercado de distribuição e revenda de combustíveis. E entendo eu que não vai ser muito difícil chegar ao ponto central da questão. Só para citar um exemplo, em Santa Catarina, uma pequena distribuidora de combustíveis importou mais solvente do que a indústria de tintas Rener. Um dos requerimentos que eu vou apresentar na comissão é que aqui esteja presente o Presidente do Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustíveis — dados esses levantados pela fiscalização que eu estou colocando aqui. Mas, Sr. Presidente, eu sou Relator do Projeto de Lei nº 2.671, com vários apensados. E naquela audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Minas Energia, ouvimos o diretor da ANP dizer que hoje os órgãos fiscalizadores não estão instrumentalizados através de uma lei que realmente estabeleça punições severas, tanto é que foram citados aqui casos, e existem muitos pelo País, de estabelecimentos que foram fechados cinco vezes e reabertos. Então, eu quero propor aos companheiros da comissão que, durante o trabalho da comissão, eu possa receber, como Relator, sugestões a esse projeto de lei, porque não adianta nós levantarmos o problema aqui na CPI e não haver legislação adequada para punir os problemas que nós levantamos aqui. Então, eu vou distribuir cópias desse projeto de lei, do qual sou Relator, quero receber sugestões para que, à medida que se desenvolva os trabalhos da CPI, esse projeto de lei, que estabelece punições para o setor, possa tramitar paralelamente, para que os problemas, os crimes, os delitos constatados aqui, possam ser punidos. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, Gervásio Silva. Deputado Bassuma.

**O SR. DEPUTADO BASSUMA** - Sr. Presidente, parabenizando inicialmente toda composição da Mesa que vai dirigir essa CPI, também o Relator, que acabou de fazer uso da palavra, quero dizer que fico muito feliz, porque também no Estado da Bahia, há seis anos, luto, prioritariamente, na questão dos combustíveis, até porque minha formação técnica me preparou na vida. Trabalhei muitos na PETROBRAS, e isso me facilitou bastante compreender a dinâmica desse assunto. E, para minha tristeza, Deputado Carlos Santana, que vai presidir a CPI, no meu Estado, depois de muita luta minha, cinco anos batalhando, foi instalada uma CPI na



Assembléia Legislativa da Bahia — eu era ainda Deputado Estadual, no mandato anterior. E a CPI de lá, pior do que ter acabado em *pizza*, sequer — acho que é o primeiro caso no mundo — entregou o relatório final. Eu fiz 18 convocações, Sr. Presidente, algumas pessoas absolutamente suspeitas de envolvimento, e das 18 convocações, só foram atendidas duas. Fiz 34 pedidos de informação para vários órgãos, entre a ANP, distribuidoras, e só foram atendidos 4, os menos importantes. O que eu pude fazer no meu Estado, Sr. Presidente? Depois de muita pressão, todos os meus pedidos no Estado eram derrubados por 5 a 2, porque eu era Oposição, e tinha uma maioria francamente fazendo a vontade do Presidente da então CPI, que impediu a CPI de funcionar. Bom, não vou me estender muito. Fico muito surpreso. Peço a todos os meus pares que contribuam, porque a Bahia enfrenta graves problemas — máfia, adulteração, cartel. Lá existe quase todo tipo de crime. Talvez, só a sonegação não seja grave, aparente. Existe um dossiê de 600 páginas comigo, Sr. Presidente. Agora, para minha tristeza, o Presidente da CPI da Assembléia Legislativa da Bahia, que acabou nem em *pizza*, porque nem relatório foi entregue até hoje, faz parte desta CPI. Infelizmente vou ter que em algum momento colocá-lo em suspeição, porque é um Deputado Federal eleito comigo, mas faz parte desta CPI. E eu quero que esta CPI vá à Bahia, porque eu tenho plena certeza e convicção que a CPI que começou hoje vai trabalhar fundo, e nós não devemos temer nenhuma ameaça. Eu quero adiantar para V.Exa. outro requerimento que vou protocolar em breve. Nós devemos ter um número muito divulgado, Sr. Presidente, um número da CPI, para as pessoas que têm medo — no meu Estado muitas tiveram medo e me procuraram, marcavam em um papel encontro fora da Assembléia. Que a CPI tenha um mecanismo para que pessoas possam fazer as denúncias que vão nos ajudar a chegar ao fundo dessa questão, que é vital para o Brasil. Eu tenho certeza que esta CPI vai dar o resultado que o povo espera. Todos nós vamos trabalhar e dar o melhor de nós para que isso chegue ao fim, sem nenhum receio, sem nenhuma hesitação e sem medo de qualquer tipo de ameaça. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Obrigado, Deputado. Deputado Eliseu Padilha.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Carlos Santana pela iniciativa da CPI, e também pela eleição à Presidência. Eleição muito disputada, mas galhardamente vencida pelo Carlos Santana. Quero cumprimentar toda a Mesa, o Deputado Paulo Rubem, o Deputado José Borba, a Deputada Rose de Freitas, e cumprimentar também os companheiros que se habilitaram a participar desta Comissão. Já foi dito, e não resta mais que se diga, que o papel reservado para esta Comissão é importantíssimo. Todos nós conhecemos os efeitos desta causa que nós vamos procurar com profundidade. Seguramente há muito que trabalhar. No curso desse trabalho, Sr. Presidente, quero deixar minha disponibilidade pessoal por inteiro à V.Exa., como, aliás, sempre contei com V.Exa. em outros momentos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu que agradeço. José Divino.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO** - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela atitude de homem público como meu colega do Estado do Rio de Janeiro; cumprimento a Mesa, os demais companheiros Deputados. Sou suplente desta Comissão, PMDB. Fui Deputado Estadual no Rio de Janeiro, e, lá, tentei aprovar essa CPI, e infelizmente não obtive êxito. Mas me alegro em saber que V.Exa. conseguiu lograr êxito. Em nome da sociedade brasileira que vem sendo prejudicada pela sonegação tributária, por essa indústria de liminar, que envergonha o nosso País, quero dizer a V.Exa. que, mesmo como suplente, estarei procurando dar minha cooperação a esta Comissão, porque sabemos que existe transporte interestadual virtual — a nota vai, o combustível fica. Enfim, uma série de crimes. Agora, estamos diante de uma máfia organizada, com pistoleiros, assassinos, inúmeras pessoas vitimadas no Estado do Rio de Janeiro, em todo este País. É uma máfia que tem muito dinheiro, que movimenta bilhões de reais. Acredito que é um valor incalculável de sonegação. Eu sou de Campos, Município que produz mais de 80% do petróleo, mas que também é vítima desse mesmo crime de combustível adulterado na constituição do álcool. Parabéns a V.Exa., a todos os membros desta Comissão. Tenho certeza que esta Comissão será tão importante quanto a do narcotráfico, porque vai dar uma resposta à sociedade brasileira. Parabéns.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu que agradeço. Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu quero cumprimentar o Presidente Carlos Santana, os companheiros membros da Comissão. Quero cumprimentá-lo, Deputado Carlos Santana, pela a coragem de ter andado nesses corredores colhendo assinaturas de apoio e ter criado esta Comissão. Comissão esta que, eu tenho toda certeza, não vai acontecer como aconteceu em algumas CPIs que foram feitas no Estado. Tendo V.Exa. à frente da Presidência desta Comissão, eu tenho certeza absoluta que os trabalhos vão ser importantes, vão ter efetivo resultado, e será de grande contribuição para o nosso País. Eu quero me colocar à disposição do Presidente, à disposição dos colegas, para que possamos realmente exercer esse trabalho em prol do povo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Primeiro, peço ao Deputado Bassuma que encaminhe à Secretaria o dossiê, assim como todos aqueles Deputados que tenham documentos internos, para depois socializarmos entre os Deputados aqui presentes. Eu tenho um fardo de documentos que também vou entregar na Secretaria. Vamos trabalhar com afinco. Também quero dizer que nós vamos pedir a alguns procuradores para trabalharem diretamente conosco. Não vai ser um procurador. Vamos tentar dividir por regiões e cada região ter um procurador para nos acompanhar. Ao mesmo tempo, vamos pedir à Receita Federal para nos acompanhar nesse trabalho interno. Também vamos pedir à Secretaria de Controle Econômico que nos acompanhe. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Meu nome é José Carlos Araújo, PFL da Bahia. Quero parabenizar V.Exa. e toda a Mesa pela eleição e dizer que contamos com alguma experiência. Na Bahia fizemos também uma CPI dos Combustíveis, da qual eu fui Presidente. Também fui Presidente da Comissão de Minas e Energia, na qual cuidamos do problema de combustíveis. Fizemos um grande relatório, que foi entregue ao Ministro de Minas e Energia. Terminou que o Ministro de Energia tomou algumas providências. Naquela época, fez com que os postos da BR na Bahia baixassem o preço do combustível em cerca de 6%. Infelizmente, nem todos os Deputados que compunham aquela Comissão tinham equilíbrio emocional para fazer parte daquela Comissão e queriam, já que a



Comissão foi criada para investigar os postos de combustíveis em Salvador, que as pessoas fossem convocadas em postos de combustíveis fora de Salvador. levando esta Comissão a um cunho político, convocando Parlamentares e pessoas outras que nada tinham a ver. E por sua vontade queriam que essas pessoas viessem depor. Logicamente, V.Exa., hoje, Presidente desta Comissão, é quem vai conduzir os trabalhos e sabe com o Colegiado quem deve ser convocado ou não. Logicamente, posso querer convocar A, B ou C; vai depender do Colegiado quem serão os convocados. Não é o Presidente quem vai determinar. Nenhum membro desta Comissão vai determinar quem vai ser convocado. E sim o Presidente com o seu Colegiado. Infelizmente, alguns Deputados sem conhecimento de causa e que não estava preparados para fazer parte daquela Comissão, queriam criar um fato político, pois estavam em véspera de eleição, o que é natural. Até entendo que quisessem criar um fato político. E terminou falando, querendo dizer que a CPI da Bahia terminou em *pizza*. Essa não é a verdade dos fatos, até porque a Comissão foi até o fim e se o Relator não entregou o seu relatório, não cabe ao Presidente nenhuma responsabilidade. Cabe sim responsabilidade ao seu Relator, que deve ser cobrado. Ao Presidente cabe, como vamos cobrar de V.Exa., o andamento dos trabalhos, a direção dos trabalhos. Ao Relator cabe fornecer um relatório. Este humilde Deputado está à disposição de V.Exa. Sou suplente nesta Comissão, mas mesmo assim gostaria de colaborar, participar com V.Exas. neste trabalho. Portanto, eram esses esclarecimentos. Para finalizar, quero parabenizar também os membros da Comissão, que tenho certeza estão imbuídos no propósito de fazer o melhor para o Brasil. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Obrigado, Deputado. Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Quero parabenizar V.Exa. pela coragem, determinação. Tenho certeza que esta CPI vai ter resultado. Quero parabenizar os demais companheiros, Deputado Paulo Rubem, meu companheiro José Borba e a nossa querida Rose e demais companheiros desta Comissão. Espero que tenhamos condições de viabilizar a questão do principal que a CPI vai desenvolver que é apurar os fatos, determinado que está na resolução. Tenho experiência, participei de várias CPIs, quando Deputado Estadual. Tenho farta documentação do Estado de



São Paulo e do Rio de Janeiro, que colocarei imediatamente, na próxima semana, à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Podem ter certeza que poderão contar com todo o meu tempo. Estarei debruçado junto com todos os companheiros aqui, para que possamos ter êxito no nosso trabalho. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Vamos passar, agora, à Mesa. Começaremos pela companheira que vai abrilhantar nossa direção, Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, inicialmente quero agradecer a esta Comissão o voto de confiança recebido. Agradecer também o elogio feito pelo Presidente, não sei se justo, e dizer que hoje eu me sinto, como Parlamentar no quinto mandato, realizada por este acontecimento. Ouvi com atenção o Deputado Marquezelli, e ouvi com atenção e empenho o Deputado Bassuma. Veja bem, Deputado Marquezelli, foi-se o tempo em que as CPIs eram instaladas nesta Casa com o único objetivo de mascarar os fatos e dar uma versão, uma roupagem diferente para a imprensa e deixar que tanto a opinião pública quanto os setores interessados na apuração de fatos, irregularidades e crimes cometidos contra a economia pública fossem acobertados. Foi-se esse tempo, acabou. A luta do Deputado Presidente desta Comissão é uma luta que o Brasil acompanhou. E esta Comissão acontece numa hora oportuna, porque ela vem complementar a ação da CPI do Narcotráfico. Hoje, a sociedade brasileira quer transparência, não aceita omissão da classe política, não aceita ignorância da classe política, não aceita cumplicidade da classe política e, portanto, não aceita que a classe política desconheça a formação de quadrilhas, como o que acontece nesse setor, e passemos a debater assuntos, como se eles fossem meras denúncias que precisam ser conhecidas por todos nós. É preciso que nós tenhamos uma gerência política, conhecendo, acompanhando os atos do Poder Judiciário, os atos da nossa corporação policial, os atos do Poder Administrativo e que venha colocar a público quais são as atitudes que o Poder Legislativo espera seja tomada pelo Poder da Administração Pública, não mais como mero assistente ou promotores de relatórios acomodados à luz dos interesses de brutos na sociedade orgânica que acompanha esse setor. Então, eu queria parabenizar. Acho que o mercado de distribuição e comercialização de combustíveis deveria, hoje, se manifestar. A denúncia sobre





essa gasolina podre está posta nos jornais ao longo de anos, sem que nada efetivamente tenha sido feito. Se existe uma caixa preta neste País, essa é a caixa preta que nós precisamos abrir. Conhecer os mecanismos, os administradores, os atravessadores, os ladrões de carga, os adulteradores, todos. E esta CPI, eu tenho certeza que hoje, pelo quadro que está composto aqui, pela militância dos que aqui estão, como vejo meu companheiro Eduardo Gomes, como estou vendo o Ministro Padilha, o Bassuma, o Rogério, o Deputado Luciano Zica, todos que aqui estão, a nossa suplente e Deputada brilhante...

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não sei, tem duas Maninhas, para mim, na Casa. É você, a Maninha pequenininha, e a Maninha grande, mas sempre está conosco nesta luta. Costumo dizer que nós nos trombamos em todas as frentes de luta, porque também é uma Casa que tem os Deputados que estão aguerridos em todas as frentes, aqueles que nos ajudam, aqueles que nos observavam. Nós estamos ao lado do Presidente para lutar. Quero parabenizar a todos pela iniciativa de compor esta Comissão, pela sua grande luta e sobretudo pela composição desta Mesa, com a companhia do Deputado José Borba, que tenho certeza, pelo PMDB, irá contribuir muito na instalação e nos trabalhos eficazes desta CPI. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – antes de passar a palavra ao Deputado José Borba, a companheira Maria do Rosário pediu para falar.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** – Quero saudá-lo, Deputado Carlos Santana, a Mesa e a todos os integrantes e dizer que estamos aqui para contribuir, para participar. A Deputada Maninha, inclusive, e eu, estamos na Suplência, ao lado do Deputado Fernando Ferro e João Magno, acompanhando os nossos titulares nesta Comissão. Mas nós estaremos à disposição para cumprirmos as nossas tarefas e fazermos com que esta CPI consiga oferecer à sociedade brasileira resultados objetivos. O interesse de toda população está aqui colocado. É o interesse da sociedade, é o interesse dos consumidores, é o interesse da população como um todo. E há também, nós não podemos deixar de mencionar, aqueles que são os operadores corretos neste mercado, nas diferentes frentes, nos diferentes lugares, o desejo de que a pecha do combustível adulterado não caia



sobre todos de forma inadequada e de forma a comprometer um setor tão importante do nosso País. Portanto, estes estão interessados também em contribuir com esta CPI. Precisamos estabelecer esta parceria para os Estados. Temos uma experiência muito positiva no Rio Grande do Sul, onde os próprios revendedores são aqueles que têm contribuído para a denúncia da gasolina adulterada, são aqueles que alertam sobre a cartelização, são aqueles que estão sempre vinculados ao interesse dos consumidores. Não é ímpar que possamos encontrar pelo Brasil esta mesma disposição de um trabalho coerente, de um trabalho que articula a sociedade no melhor sentido. Então, nós queremos cumprimentá-lo pela sua inabalável convicção de que esta CPI deveria ser instalada, pelo trabalho que fez para que ela esteja aqui, hoje, sendo instalada, pelo plantel que está apresentado para o trabalho e nos somarmos às iniciativas que V.Exa. estará tendo, capitaneando o trabalho desta CPI e, certamente, para a sociedade brasileira, dando provas de que a CPI realmente pode indicar um melhor caminho, moralizar um setor e enfrentar máfias que estejam aí estabelecidas. Parabéns, Deputado Carlos Santana. Conte conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Obrigado. Deputado José Borba.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, compor ao seu lado, nesta Mesa, na condição de 2º Vice, acompanhado do Paulo Rubem, que é o 1º Vice, e a Deputada Rose, na 3ª Vice, juntamente com a nossa secretária, companheiros Deputados, Deputadas, que escolhido de forma democrática, mas temos à nossa frente formada uma grande equipe, que junto com a sua inspiração, que dura aí mais de cinco anos, que vem batalhando com a visão da necessidade que temos de implantar uma CPI que possa trazer uma correção para o nosso País, eu não tenho nenhuma dúvida que desta CPI nós vamos trazer grandes soluções. A ação conjunta dos Deputados e Deputadas, a ação conjunta dos diversos partidos que compõem esta Comissão Parlamentar, vai trazer um resultado tão almejado, que até faz parte da desesperança dos brasileiros. E tenho também a convicção de que o alcance desta CPI, ela transcende seguramente todo o nosso alcance, tudo aquilo que alcançamos a olho nu. É da ação conjunta das investigações, com profundidade, com competência, com responsabilidade é que vamos fazer. Para isso e para tanto, precisamos, e o Presidente tem estabilidade,



tem esse pulso, o Brasil todo o conhece, tem confiança, bota fé e nós vamos fazer com que esta CPI trabalhe harmônica, tanto com os titulares, quanto com os suplentes. É importante também atrairmos para os trabalhos que esta CPI venha desenvolver em todas as sessões a presença dos suplentes, para não cair sessão, para darmos continuidade, para nos tornarmos eficazes no que pretendemos. E vamos produzir, seguramente, material muito farto, para todas as demais Comissões afins, a exemplo da Comissão de Defesa do Consumidor, porque, afinal de contas, vamos prestar grande serviço ao consumidor brasileiro, que somos todos nós. Por isso, caro Presidente Carlos Santana, botamos a maior fé, pode contar seguramente com nossa atuação firme e determinada para que, chagando ao relatório final, sejamos capazes de produzir resultado à altura da fé, da confiança e da esperança do povo brasileiro. Tenho dito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Prezado Deputado Carlos Santana, que assume hoje a Presidência desta CPI, Deputado José Borba, Deputada Rose de Freitas, nossa secretária e companheira Ivete, Srs. Deputados, chegamos a esta CPI compartilhando do mesmo empenho, da mesma força de vontade já expressos por todos os Deputados. Por duas oportunidades, no primeiro e no segundo mandato que exerci como Deputado Estadual, passamos por experiências que nos fazem chegar a esta CPI com esta força de vontade. Na primeira ocasião, em 1995, tive a honra de presidir, durante seis meses, a CPI da Sonenação e dos Crimes Fiscais e Tributários, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. E na segunda oportunidade, no ano de 2000, participei como titular e sub-relator da área do álcool, da CPI dos Combustíveis, na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Dada a natureza do comércio interestadual de combustíveis ser beneficiado por determinadas normas fiscais, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, nossa CPI da Assembléia Legislativa de Pernambuco terminou se regionalizando, e fomos forçados a nos deslocar aos Estados de Alagoas, Ceará, Piauí e Maranhão. E desde já, Presidente, tomarei a liberdade, e o faremos formalmente, de propor que um dos primeiros passos desta CPI seja um primeiro encontro com a Presidência do Superior Tribunal de Justiça. E assim me refiro



porque, quando estivemos do Estado de Alagoas, tomamos conhecimento, à época, de longo processo de investigação encetado conjuntamente pela Secretaria de Fazenda daquele Estado e pelo Ministério Público Estadual, que teve como objeto de investigação fraudes na comercialização do álcool praticadas pela destilaria Porto Calvo e esse gigantesco processo de sonegação e crimes fiscais e tributários, que teve como um de seus desdobramentos ação penal contra os controladores dessa destilaria; foi trancado no STJ sem qualquer processo de consulta, de audiência ou de diálogo pelo Superior Tribunal de Justiça com os Procuradores da Fazenda Estadual, com os auditores fiscais, com os representantes do Ministério Público daquele Estado. Quero aqui compartilhar de todos os capítulos que já sinalizam as tarefas desta CPI, não só a investigação das distribuidoras, mas também das Transportadoras Revendedoras Retalhistas, as conhecidas TRRs, seja no comércio clandestino do álcool, transferido diretamente das usinas e destilarias para os postos, seja na adulteração, no desvio de destino, no roubo de cargas, e até em outro segmento que vai dar muita dor de cabeça para esta CPI, que é o nosso empenho na necessária investigação, no necessário enfrentamento de algumas estruturas que formalmente se apresentam como escritórios de advocacia tributária, mas que, na CPI no Estado de Pernambuco, e em comum entendimento com os Estados do Ceará, Alagoas, Piauí, Maranhão, e, posteriormente, e até recentemente, a presença dos mesmos advogados atuando em outras unidades da Federação, quase sempre como patronos de sucessivas liminares, concedidas com velocidade superior à velocidade da luz, sem que a autoridade judicial ouvisse as demais partes que atuam na investigação dos crimes do setor de combustíveis. Queremos também expressar nossa confiança na participação conjunta da Polícia Federal, dos procuradores da República. Creio que também deveremos buscar o entendimento com os Promotores de Justiça do Ministério Público nos diferentes Estados da Federação, a atuação conjunta com a inteligência tributária dos Fiscos estaduais, mas sobretudo da Receita Federal. Encontramos, Sr. Presidente, e aqui concluo minhas observações iniciais, uma estrutura gigantesca, que se assemelha a outras estruturas que marcam a atuação do crime fiscal e tributário, por exemplo, no setor atacadista. Empresas de comercialização de combustíveis, criadas sob a base de documentos fraudulentos, sócios laranjas, que sequer tinham declaração de



rendimentos e que eram apresentados às juntas comerciais dos Estados como se fossem donos de empresas, com capitais superiores a 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões, até distribuidoras com 10 milhões registrados, e eram pessoas humildes, que moravam nas periferias de cidades, como por exemplo, num conjunto habitacional na nossa querida Caruaru, Princesa do Agreste, no meu Estado de Pernambuco. Então, é uma estrutura gigantesca. Quero aqui também compartilhar da nossa participação atualmente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que ontem, sob a liderança do Deputado Moroni Torgan, constituiu-se em grupos de trabalho, um desses grupos voltados à investigação dos mecanismos de lavagem de dinheiro. É evidente que o setor de combustíveis — não apenas do diesel, da gasolina, mas sobretudo do álcool industrial ou o álcool carburante — é um segmento que vem se especializando também no processo de lavagem de dinheiro. Quero aqui somar à força de vontade, ao empenho dos Srs. Deputados, essa nossa modesta experiência, vivida por dois mandatos, primeiro presidindo uma CPI de evasão e crimes fiscais, e segundo, como titular da CPI dos Combustíveis na Assembléia de meu Estado. Creio que com a convergência, com o somatório, o equilíbrio, mais a força de vontade e a ousadia dos membros desta Comissão, estaremos dando um passo consistente, um passo forte, para que este País, de uma vez por todas, dê um basta ao crime organizado, aos crimes fiscais e tributários, e a todas as outras formas de criminalidade que circundam essa mercadoria tão atraente, que é o combustível. Tão atraente como instrumento de desenvolvimento, como insumo para a produção econômica, mas, lamentavelmente, nos últimos anos, tão atraente para as diversas formas de criminalidade que têm atuado junto ao setor de combustíveis. São essas as nossas considerações. Parabenizamos o Deputado Carlos Santana por sua insistente luta para que esta Casa ofereça ao País contribuição séria, profunda e decidida nas questões pertinentes à pauta desta CPI. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Quero agradecer aos procuradores, ao Frei Anastácio, Deputado Estadual pela Paraíba, e ao Relator as presenças. Quero dizer que esta CPI vai ter, para mim, se perguntarmos a quem vamos fazer uma homenagem, vamos fazer uma homenagem a Francisco José Lins do Rego, procurador de Minas Gerais que foi assassinado. É o pouco que vamos



poder fazer nesta Comissão, pelo trabalho de um procurador sério — como os demais vêm fazendo esse tipo trabalho em todo o Brasil — que não teve a felicidade de ainda estar vivo em nosso meio. Quero dizer que este trabalho é uma continuidade do trabalho que os procuradores estão fazendo em todo o Brasil. Sei que o José Lins não está conosco, mas sei que, se ele estivesse vivo, estaria sentado também aqui, e poderia estar nos ajudando nesse trabalho. Quero agradecer também à assessoria da ANP, que aqui esteve representando aquela entidade, e vai nos acompanhar em nosso trabalho. Quero convocar todos os Deputado que tiverem requerimento a apresentar à Secretaria para o fazerem o mais rápido possível; na quarta-feira, às 14 horas, teremos a primeira reunião de roteiro dos trabalhos que vamos executar, com a presença do Relator. É importante. Estou marcando quarta-feira porque teremos ainda a terça-feira para trocarmos idéias, já irmos acertando com o Relator, e, assim, chegaremos aqui com alguma coisa já mastigada. Como esse tema é muito vasto, nós entendermos algumas fases. Vamos ter aqui o problema da sonegação, o problema da adulteração, o problema da máfia do óleo, e a questão do álcool. Então, quero dizer que alguns momentos vão se entrelaçar, e nós, a cada momento, teremos uma linha de trabalho, para não começarmos a misturar álcool com gasolina, e aí há a máfia do óleo, entenderam? Então, quando formos pegar a questão tributária, vamos pegar a questão tributária, aí entram juízes, entra todo mundo; quando pegarmos a questão da máfia do óleo, a primeira pessoa que vamos convocar é o delegado Cláudio, que está aqui em Brasília, e atuou vários anos na máfia do óleo. Onde há porto há máfia do óleo. Então, vamos chamar o delegado Cláudio, que está aqui em Brasília, para darmos uma trabalhada. Foi onde aconteceram os maiores assassinatos neste País, só no Rio de Janeiro houve cerca de trinta, pela máfia do óleo. Depois, há a questão da adulteração, e na adulteração vai ter lavagem. Então, cada companheiro, quando fizer seu requerimento, deve entender o momento, porque depois: “Ah, eu não fui contemplado”. Todos vão ser contemplados, mas o problema é que temos que ter uma linha coerente: terminada a máfia do óleo, vamos entrar na questão da adulteração, vamos entrar na questão da sonegação, e assim sucessivamente. Fora disso, vamos ter que convidar todos os Relatores e Presidentes de onde houve CPI, como é que foi, o que não foi, para tentarmos trabalhar. A Agência vai ser



convidada; vários juizes vamos convidar para virem aqui, para saber por que eles estão dando essas liminares até hoje. Então, vamos fazer essas convocações. Quero agradecer, e quarta-feira nos encontremos novamente. Obrigado.